



CICLO: AS DIFERENTES ALTERAÇÕES LEGAIS E O SEU IMPACTO NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

As alterações ao Código do Trabalho e as implicações do RGPD

Duração: 2 dias

Referência: 1256

Tipologia: Full immersion Presencial

Para quem?: Diretores gerais, diretores jurídicos, advogados, diretores de recursos humanos, técnicos de recursos humanos e quaisquer pessoas que trabalham na área da gestão administrativa de recursos humanos.

Objetivos: No final da formação os participantes deverão ser capazes de: identificar todas as mudanças esperadas no código do trabalho;
planear as mudanças jurídico-laborais exigidas pelas alterações ao código de trabalho;
identificar os principais impactos do RGPD na Gestão de Pessoas;
identificar as principais medidas de conformidade a adotar na Gestão de Pessoas;
conceber um plano estratégico de conformidade e harmonização do RGPD com o Código do Trabalho.

Métodos: Centrado na partilha de experiências, este curso alterna os contributos teóricos e as reflexões entre o grupo de participantes: exposições pelo formador, complementadas com a troca de experiências e reflexões com o grupo de participantes; recurso sistemático ao “ESTUDO de CASO” para melhor compreender os temas abordados.

As alterações ao código de trabalho bem como a implementação do RGPD trazem consigo inúmeros desafios aos profissionais de recursos humanos.

Venha conhecer os efeitos no exercício da sua função através da participação neste ciclo de formação dedicado à Gestão de Pessoas.

Programa

Alterações ao Código do Trabalho

A Contratação a Termo

- Alterações à duração máxima dos contratos:
 - Impacto no contrato a termo certo;
 - Impacto no contrato a termo incerto.
- Alterações aos motivos justificativos da contratação a termo:
 - Contratar jovens à procura do primeiro emprego;
 - A abertura de novas empresas e estabelecimentos.
- Limites à negociação coletiva na contratação a termo.
- Abusos na contratação a termo:
 - Taxa adicional de segurança social.
- Análise crítica e casos práticos.

Contratos de trabalhadores temporários

- Limites ao número de renovações.
- A substituição de trabalhador ausente.
- A substituição de trabalhador temporariamente impedido de trabalhar.
- Consequências da violação das novas normas.
- Análise crítica e casos práticos.

O Período Experimental

- A nova duração do período experimental.

- Questões de constitucionalidade.
- O estágio profissional e o período experimental.
- Análise crítica e casos práticos.

O acréscimo excepcional e substancial da atividade da empresa

- Os novos contratos de curta duração:
 - O novo período de duração do contrato de curta duração.
- Análise crítica e casos práticos.

A organização do tempo de trabalho

- As novas regras dos bancos de horas:
 - O banco de horas individual;
 - Os bancos de horas já instituídos.
- As novas regras dos bancos de horas grupais.
- Análise crítica e casos práticos.

As novas regras do trabalho suplementar

- A alteração do regime instituído.
- A negociação coletiva e a alteração das percentagens legais do trabalho suplementar.
- Análise crítica e casos práticos.

Novos contornos do princípio do tratamento mais favorável do trabalhador

As denúncias das convenções coletivas

Estímulos à contratação sem termo

Novas regras de reação ao despedimento

- Receber a compensação e avançar para tribunal

O Regulamento Geral de Proteção de Dados e a Gestão de Recursos Humanos

Admissão de Trabalhadores

- Apresentação de propostas:
 - Anúncios e candidaturas.
- Recolha de documentos:
 - O pedido de cartão do cidadão;
 - O pedido de fotocópia de documentos.
- Registo interno dos dados:
 - Gestão do cadastro.
- Contratação:
 - Gestão interna dos dados;
 - Os dados do contrato de trabalho.
- Acolhimento e integração:
 - Acolhimento e a partilha de dados na Intranet.
- Formação profissional:
 - Registos internos;
 - Elaboração do plano de formação;
 - Envio dos dados a entidades terceiras;
 - A partilha com as entidades formadoras.

Prazo de conservação dos dados

- Candidaturas por resposta a anúncio.
- Candidaturas espontâneas.
- Pedir consentimento?
- Exercício de direitos pelos candidatos excluídos.

A gestão dos dados dos trabalhadores

- Tratamento de dados no processo de remuneração.
- Envio dos dados a entidades terceiras:
 - Elaboração do relatório único.
- Legitimação de acessos:
 - Princípio da funcionalidade: quem pode saber quem ganha o quê?
- Os mapas de pessoal:
 - Elaboração e registo;

- Afixação?

Controlo de assiduidade

- Meios de controlo da assiduidade:
 - Sistemas de biometria;
 - Dados biométricos: dados gerais ou sensíveis?
 - Consentimento ou interesses legítimos.
- Controlo da assiduidade e gestão da remuneração.
- Registo de faltas:
 - Tratamento do dado “motivo da falta”;
 - Prazo de conservação do dado “motivo da falta”.

Tratamento de dados de filiação sindical

- Consentimento e obrigação do tratamento
- Exercício do direito de oposição.

Tratamento de dados de processos e sanções disciplinares

- Prazo de conservação dos dados do processo disciplinar.

Os serviços de Medicina do Trabalho e tratamento dos dados

- Os exames médicos.
- As fichas de aptidão.
- Os acidentes de trabalho:
 - Relação com as Seguradoras.
- Testes de alcoolemia, consumo de drogas e HIV.
- Dados sobre hábitos de consumo:
 - Consumo de tabaco, café, alimentação;
 - Qualidade do sono.

O tratamento de dados sensíveis

- Dados sobre orientação religiosa, política/partidária, clubística.
- Dados étnicos.
- Vida e orientação sexual.
- Dados de saúde.

Controlo de chamadas telefónicas, videovigilância, e-mail e internet

- O correio eletrónico:
 - Consequências da atribuição de e-mail a trabalhador;
 - Permitir ou proibir o uso para fins pessoais;
 - Necessidade de Regulamento interno;
 - É possível aceder à conta de e-mail dos trabalhadores?
- Acesso à internet:
 - Monitorização, legal ou ilegal?
 - Um caso na jurisprudência.
- A gravação de chamadas:
 - Gravação de chamadas e conhecimento dos trabalhadores.
- Sistemas de videovigilância.

Sistemas de geo localização de viaturas, computadores e telemóveis

- Atividades legitimadas a incorporar GPS.
- Utilização da viatura para fins particulares.
- A monitorização das viaturas.
- A via verde e a faturação.
- O MDM (mobile device management).

Os limites do poder de controlo do empregador e o código do trabalho

- Os direitos fundamentais do trabalhador:
 - Direito à Privacidade;
 - Direitos de Personalidade.

Relações entre o Responsável pelo Tratamento dos Dados e os Subcontratantes

- O contrato de prestação de serviços:
 - Liberdade de estipulação do contrato ou obrigação jurídica?
 - Como cumprir o RGPD?

- A responsabilidade pela violação dos dados:
 - Ações judiciais: direito dos titulares dos dados.
- Relações internas e direito de regresso.

Cessação da relação contratual laboral

- A conservação dos dados.
- O exercício dos direitos pelo ex trabalhador.
- O prazo de conservação dos dados após a cessação:
 - A ação judicial do ex trabalhador, impacto na conservação.

A cultura de privacidade nas organizações

- Violação da privacidade pelos trabalhadores:
 - Violação de dados da empresa;
 - Violação de dados de colegas;
- Sanções disciplinares?
- O respeito dos valores da empresa:
 - Comprometimento pela privacidade.

Reforço do papel da ACT

Alterações ao código contributivo

Pontos Fortes

- Programa diferenciador face às ofertas de programas generalistas que o mercado apresenta.

Datas e cidades - Referência: 1256

Porto

04 Nov - 05 Nov 2019

Lisboa

18 Nov - 19 Nov 2019